



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

OS MUNICÍPIOS COMO PRINCIPAIS EMPREGADORES DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL: APONTAMENTOS DA PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA

CARLOS ANTONIO DE SOUZA MORAES¹

KATELIN DOS SANTOS APRÍGIO²

RESUMO:

Neste artigo, problematizamos como a palavra *município* tem sido abordada pela produção científica da área de Serviço Social, no Brasil, que trata do mercado de trabalho profissional, entre 2000 a 2019. Recorremos à análise de conteúdo temática, com auxílio do *software* de pesquisa IRAMUTEQ. As interpretações apontam para 03 núcleos de discussão e as conclusões sugerem o aprofundamento de 02 aspectos.

Palavras-chave: Serviço Social; Mercado de trabalho; Município; Precarização; empregadores.

RESUMEN:

En este artículo, problematizamos cómo la palabra *municipio* ha sido abordada por la producción científica en el área de Trabajo Social, en Brasil, que aborda el mercado de trabajo profesional, entre 2000 y 2019. Utilizamos análisis de contenido temático, con la ayuda del *software* de investigación IRAMUTEQ. Las interpretaciones apuntan a 03 centros de discusión y las conclusiones sugieren la profundización de 02 aspectos.

Palabras clave: Trabajo Social; Mercado laboral; Municipio; Precariedad; empleadores.

1. Introdução

Pesquisadores (Moraes, Azevedo, Silva, 2023) da área de Serviço Social no Brasil tem afirmado que o processo de descentralização das políticas sociais a partir da Constituição Federal

¹ Universidade Federal Fluminense

² Universidade Federal Fluminense



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

brasileira de 1988 (CF 1988) ampliou a contratação de assistentes sociais por municípios brasileiros, tornando-os indiscutivelmente, os principais empregadores de assistentes sociais no país.

Essa informação é evidenciada na pesquisa desenvolvida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2022), intitulada “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional”. Nesta pesquisa, realizada com 44.212 assistentes sociais e finalizada em dezembro de 2019, o vínculo contratual no setor público municipal é apontado como uma tendência histórica do mercado de trabalho de assistentes sociais no Brasil, sendo atualmente, 43,59% das assistentes sociais participantes da pesquisa, empregadas pela esfera pública municipal, enquanto 11,01% pela esfera pública estadual e 5,20% pela federal.

Ao investigar a distribuição do vínculo de trabalho municipal nas 05 regiões do Brasil, o CFESS (2022, p. 94) verificou que, na região Sul, 49,76% das assistentes sociais estão empregadas na esfera pública municipal; no Nordeste, 48,54% das profissionais; no Sudeste, 43,59%; no Norte, 36,54%; e no Centro Oeste, 36,22%, registrando algumas variações, particularmente, no Norte e Centro Oeste do país.

Mediante tais dados, alguns estudos (Rodrigues, 2006; Yacoub e Ribeiro, 2007; Silva, 2011; Pereira 2012; Moraes, Azevedo e Silva, 2023; Moraes e Aprigio, 2024, dentre outros) tem problematizado a crescente precarização do mercado de trabalho das assistentes sociais brasileiras, evidenciada nas condições de trabalho e por meio de vínculos instáveis e inseguros, com destaque para o crescimento da terceirização dos serviços, de contratos temporários, do pagamento por serviços prestados, além do trabalho voluntário, com evidências consideráveis em municípios brasileiros.

Tais elementos tem nos permitido problematizar como a palavra *município* tem sido abordada pela produção científica da área de Serviço Social no Brasil que trata do mercado de trabalho profissional e de seus subtemas, tais como: trabalho profissional, trabalho profissional em políticas sociais específicas, exercício profissional e condições de trabalho. Para tanto, recorreremos à técnica de análise de conteúdo temática (Bardin, 2011), com destaque para os três critérios de organização de uma análise: a *pré-análise*, a *exploração do material* e o *tratamento dos resultados*.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Na etapa de pré-análise, selecionamos 76 produções científicas, tendo como recorte temporal os anos 2000 a 2019, sendo estas divididas em: artigos publicados em periódicos classificados pelo *Qualis* Capes (2013-2016), entre A1 e B2; artigos publicados nos ANAIS disponíveis *on-line* do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS); dissertações de mestrado e teses de doutorado publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

Posteriormente, na fase de exploração do material, estas produções foram analisadas estatisticamente com auxílio do *software* de pesquisa IRAMUTEQ, por meio do método Reinert ou Classificação Hierárquica Descendente (CHD), com aproveitamento de 84,65% do *corpus*. Nesta fase, verificamos que a palavra *município* foi citada 149 vezes entre o *corpus* da pesquisa.

As interpretações relativas aos segmentos de textos que compartilham a palavra *município* possibilitaram identificar o seu teor, classificando-os em 03 (três) dimensões/núcleos de discussão. São elas: 1. Como recorte geográfico da pesquisa de campo; 2. Como implementador de políticas sociais em condições cada vez mais precárias; 3. Como espaço que expressa desigualdades sociais e luta por subsistência da classe trabalhadora.

Parte das interpretações será apresentada neste artigo que, por sua vez, é dividido em duas seções de desenvolvimento, além desta introdução, das considerações finais e das referências. A primeira seção de desenvolvimento recorre ao debate da descentralização político-administrativa e da municipalização das políticas sociais no Brasil a partir da Constituição Federal brasileira de 1988 e, a segunda, apresenta algumas interpretações preliminares relativas às 03 (três) dimensões/núcleos de discussão descritos no parágrafo anterior.

2. Descentralização político-administrativa e municipalização das políticas sociais no Brasil pós Constituição Federal brasileira de 1988

A descentralização político-administrativa e a municipalização das políticas sociais no Brasil, se caracterizam como um processo de transferência de um conjunto de atribuições, responsabilidades e recursos, da esfera nacional para as esferas estaduais e municipais. Dessa maneira, possui como objetivo aproximar os gestores das demandas e das particularidades locais, a fim de proporcionar uma gestão mais participativa.

Segundo Lima (*et al*, 2012, p.1904),

A descentralização redefine responsabilidades entre os entes governamentais e reforça a importância dos executivos subnacionais na condução da política (...). Ela envolve a transferência de poder decisório, da gestão de prestadores e de recursos financeiros, antes concentrados na esfera federal para estados e, principalmente, para os municípios.

O aparato legal que reafirma o exposto e expressa essa autonomia foi conquistado com o processo de redemocratização brasileira pós Ditadura Empresarial-militar. Presente na Constituição Federal brasileira de 1988, em seu art.18, diz que “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”.

Segundo Moraes *et. al.* (2022, p.12),

a Constituição Federal brasileira de 1988 concede autonomia aos municípios no sentido de elegerem os próprios governos, com capacidade de auto-organização e competências exclusivas no âmbito local para: instituir e arrecadar tributos; legislar sobre assuntos de interesse local; suplementar a legislação federal e estadual; criar, organizar e suprimir distrito; organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos; manter cooperação técnica e financeira com a União e com o Estado em programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental; prestar cooperação técnica e financeira com a União e com os estados, em serviços de atendimentos à saúde da população; promover o adequado ordenamento territorial; promover a proteção do patrimônio histórico-cultural (BRASIL, 1988, art. 23, 145, 156).

É notável que a Constituição Federal de 1988 representou o auge da descentralização e reestabeleceu as distribuições e repasses de recursos entre as subunidades federativas que, no período da Ditadura Empresarial-militar, foi centralizado, marcando mais uma das formas de controle (Alcântara, 2010).

A presença da descentralização na denominada Constituição cidadã (Constituição Federal brasileira de 1988), foi uma conquista histórica para os estados e municípios, uma vez que, no período anterior a ela,

(...) todos os governadores e prefeitos detinham escassa autonomia fiscal: a centralização financeira instituída pela reforma fiscal de meados dos anos 60 concentrou os principais tributos nas mãos do governo federal e, ainda que tenha ampliado o volume da receita disponível dos municípios, uma vez realizadas as transferências, estas estavam sujeitas a estritos controles do governo federal (Arretche, 1999, p.113).

Arretche (1999), exemplifica como ocorria essa centralização político-administrativa ao mencionar que, uma parte significativa das atividades exercidas pelo poder local era de formular



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

projetos de solicitação de recursos para a esfera nacional, podendo ou não ser atendida. Alcântara (2012), também faz menção a essa centralização dos recursos e sua explanação complementa esta ideia ao expor que, “como os municípios eram dependentes da liberação de recursos do Estado, a troca de favores se concretizava para ‘os amigos’, sendo esse o critério lógico de distribuição dos recursos” (Alcântara, 2012, p. 257).

Contudo, com a queda do regime autoritário e com a efervescência de ideais democráticos que fomentaram a construção da Constituição Federal brasileira de 1988, os municípios experimentaram uma certa autonomia.

(...) a autoridade política de cada nível de governo é soberana e independente das demais. Diferentemente de outros países, os municípios brasileiros foram declarados entes federativos autônomos, o que implica que um prefeito é autoridade soberana em sua circunscrição (Arretche, 1999, p.114).

Arretche (1999), ainda aponta que essa recuperação das subunidades federativas significou um avanço para as políticas sociais, uma vez que, amparados pelo princípio da soberania, as esferas estaduais e municipais assumem a gestão das políticas públicas e pelo conhecimento da realidade local, suas demandas e particularidades, conseguiriam administrá-los.

Outra conquista desse processo se manifesta em um de seus princípios norteadores. A possibilidade de maior participação e controle social, prerrogativas presentes nas legislações de diferentes políticas sociais, como a saúde e a assistência social. De fato, a descentralização político-administrativa e a municipalização das políticas sociais proporcionaram, em dado momento, um aumento da participação dos segmentos populacionais em conselhos, fóruns e conferências para discutir os rumos das políticas sociais em âmbito municipal. No entanto, as relações de poder ainda presentes entre as subunidades da federação, especialmente aquelas que distribuem os recursos, dificulta a plena autonomia dos municípios e proporciona a perda desses espaços de discussão e debate entre a população.

Cabe mencionar a manutenção de certas formas de controle e a interferência na realidade que podem ser vistas nesse processo de municipalização. Alcântara (2010), apresenta uma relação interessante ao comparar o coronelismo estadual, presente no período da República Velha - possuindo o município como um de seus instrumentos – e as atuais formas de gestão que, mesmo com significativos avanços, ainda apresentam continuidades históricas.

No período da República Velha, por exemplo, o município foi utilizado como um instrumento do coronelismo estadual (...). Para além disso, o que permanece como semelhança não é a forma de controle, mas a tentativa de intervir no contexto local, a partir dos seus administradores públicos. Verbas ainda são alocadas de acordo com interesses políticos e pela defesa de determinados redutos eleitorais, em muitos casos, inclusive, em conformidade com os preceitos constitucionais, mesmo que impedindo o cumprimento e satisfação da noção de justiça, restando apenas o Direito positivado (Alcântara, 2012, p.255).

Outro aspecto importante a ser destacado é a dualidade presente nesse processo de descentralização político-administrativa e municipalização das políticas sociais no Brasil, para os/as assistentes sociais e para os serviços prestados à população. Em um primeiro momento, esse processo trouxe possibilidades para os/as assistentes sociais, uma vez que proporcionou o aumento de seus postos de trabalho. No entanto, cabe uma crítica a respeito de como essas políticas sociais são prestadas à população.

O avanço do capitalismo de tipo neoliberal sobre o Estado brasileiro proporciona um processo de precarização dos serviços sociais e, conseqüentemente, cria aberturas para que o setor privado oferte direitos em forma de mercadoria.

(...) entre os anos 1990 e a entrada do novo século, há uma ampliação de postos de trabalho, impulsionada pela Constituição Federal brasileira de 1988, considerada uma Constituição cidadã, e a descentralização/municipalização das políticas sociais, por meio de uma rede socioassistencial, integrada por programas sociais. Observa-se também um rearranjo promovido pelas estratégias de privatização e de publicização que favoreceram a expansão do terceiro setor, resultando no desmonte de instituições tradicionais empregadoras de assistentes sociais e ampliando a inserção profissional em Organizações Não Governamentais, ao mesmo tempo em que é redefinida a sua inserção na esfera privada, ainda que predomine o Estado como o principal empregador (Moraes; Santos e Gonçalves, 2020, *apud* Moraes e Aprigio, 2024, p.6).

Esse fenômeno tem feito com que a parcela da população que pode minimamente custear esses serviços, o faça, deixando as políticas sociais para os que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza. As políticas sociais têm sofrido os impactos do avanço neoliberal sobre o Estado, com destaque à política de saúde, com o crescimento dos planos de saúde privado e o congelamento do financiamento, em 2016; e a política de previdência social com o crescimento da previdência privada e a contrarreforma da Previdência, em 2019.

3. Os municípios como principais empregadores de assistentes sociais no Brasil

Esta seção será dividida em 03 itens de desenvolvimento que representam as interpretações relativas aos segmentos de textos da produção científica da Área de Serviço Social no Brasil, que trata do mercado de trabalho profissional entre os anos 2000 a 2019 e que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

compartilham a palavra *município*. São eles: 3.1 Os municípios como recorte geográfico da pesquisa de campo; 3.2 O município como implementador de políticas sociais em condições cada vez mais precárias; 3.3 O município como espaço que expressa desigualdades sociais e luta por subsistência da classe trabalhadora.

3.1. Os municípios como recorte geográfico da pesquisa de campo

Nesta dimensão, a palavra município está associada, na produção científica da área de Serviço Social que trata do tema do mercado de trabalho profissional, ao recorte geográfico da pesquisa de campo ou ao lócus da pesquisa. Neste caso, as pesquisas têm apontado para dois grandes eixos: 1. Os elementos sócio-históricos da constituição dos municípios investigados e; 2. As suas particularidades, tais como, aquelas vinculadas à maior oferta de determinados serviços sociais investigados e o quantitativo de assistentes sociais atuantes naquele território, conforme observa-se nos segmentos de textos a seguir:

(...) para compreender a realidade amazônica onde estão inseridos os assistentes sociais, torna-se necessário conhecer um pouco da história desse estado, o estado de Roraima e o município de Boa Vista na realidade amazônica (...). (Costa, 2018, p.03).

(...) a escolha por estes dois municípios justifica-se pela maior oferta de serviços de saúde e, conseqüentemente, maior inserção dos assistentes sociais (...). (Davi et. al. 2015, p. 289).

A análise do *corpus* evidencia que tais dados, vinculados aos critérios de construção metodológica das pesquisas, também se tem articulado, predominantemente, ao recurso à tradição marxista, a metodologias qualitativas de pesquisa, por meio de estudo de caso e de entrevistas de tipo semiestruturadas.

De forma geral, temos verificado a construção de pesquisas relativas ao mercado de trabalho dos/as assistentes sociais vinculadas a determinados municípios; áreas de atuação em municípios específicos; instituições, a exemplo de pesquisas com egressos/as dos cursos de Serviço Social; e mais raramente, em regiões brasileiras. Além disso, verifica-se outras metodologias adotadas, tais como: investigações realizadas em editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados com vagas destinadas para assistentes sociais.

3.2 O município como implementador de políticas sociais em condições cada vez mais precárias

Os segmentos de textos vinculados a esse eixo, problematizam a ampliação do mercado de trabalho do Serviço Social brasileiro nos anos 1990 e na entrada do século XXI, a partir do processo de descentralização/municipalização das políticas sociais e, particularmente, no caso da Política de Assistência Social, da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH-SUAS).

A NOB-RH-SUAS é um avanço para a Política de Assistência Social brasileira, visto que a profissionalização de seus/suas trabalhadores/as contribui para a problematização da realidade concreta, das expressões da questão social, das necessidades sociais da classe trabalhadora, da política social e do trabalho multiprofissional. Além disso, a NOB-RH-SUAS, orienta o trabalho de gestores/as e trabalhadores/as do SUAS, demandando, como critério para os municípios obterem recursos, a contratação de profissionais de nível superior, dentre estes/as, assistentes sociais (Ferreira, 2011).

Desta forma, verifica-se na entrada do novo milênio, a ampliação do mercado de trabalho de assistentes sociais impulsionada, dentre outros fatores, pela Política de Assistência Social, por meio da implementação de serviços sócio assistenciais vinculados à proteção social básica e a proteção social especial. Tais elementos, tornaram a política de assistência social, em conjunto com a política de saúde, os principais campos de atuação de assistentes sociais no Brasil.

Contudo, neste contexto, verifica-se que as prefeituras dos municípios brasileiros reproduzem a tendência de precarização da inserção trabalhista de profissionais de nível superior, corroborando para o seguinte pressuposto apontado por Moraes, Azevedo e Silva (2023, p. 10):

o mercado de trabalho do Serviço Social, no Brasil, desde os anos 1990 até o primeiro vicênio do século XXI, tem sofrido processos de expansão restringida à precarização do trabalho, de suas condições e relações. Tal comportamento tem sido determinado por elementos estruturais e por uma conjuntura sociopolítica e econômica latino-americana, que assume particularidades no Brasil, marcada pela crise estrutural do capital, pelo neoliberalismo, pela reestruturação produtiva, pela globalização/mundialização do capital e pelas contrarreformas estatais e de políticas sociais.

Ao investigar a palavra “precarização” na produção científica relativa ao mercado de trabalho de assistentes sociais brasileiras/os, Moraes e Aprígio (2024), afirmaram que ela tem sido evidenciada, dentre outros, na flexibilização do trabalho, desregulamentação de vínculos e baixos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

salários. Segundo os autores, tais elementos são tratados a partir do acelerado processo de precarização das condições objetivas e subjetivas de trabalho, bem como da precarização das relações de trabalho.

As análises verificadas nos segmentos de textos reforçam estas evidências por meio dos achados na pesquisa de campo:

(...) já para os serviços que, majoritariamente, são ofertados pelos municípios como os CRAS, CREAS e CENTROS POP, o vínculo predominante é a modalidade não permanente que, se somados aos identificados como terceirizados, chegam a um percentual de 38% dos trabalhadores (...). (Berwig, 2018, p.110).

Os vínculos de trabalho também têm apresentado outras características: o duplo ou pluriemprego na área de Serviço Social. Esta característica tem sido identificada, predominantemente, entre assistentes sociais atuantes no mesmo município e entre essas profissionais atuantes em municípios circunvizinhos, permitindo o seu trânsito diário. Este comportamento inerente ao mercado de trabalho profissional, tem sido analisado a partir do debate da precarização do trabalho, com destaque para o rebaixamento salarial, conforme o segmento de texto a seguir:

(...) o estudo mostra também que muitos profissionais que trabalham em pequenos municípios, para ampliar os níveis salariais, trabalham algumas horas em um município e outras noutros (...). (Hoepner, 2017, p.128).

Além disso, pesquisas realizadas com egressos/as dos cursos de Serviço Social, ao avaliar a sua inserção no mercado de trabalho profissional, problematizam a oferta dos cursos por meio das instituições de ensino e das modalidades de formação profissional. Dentre as análises, a relação entre o quantitativo de discentes graduados nos cursos de natureza privada, pública e à distância e a sua inserção no mercado e trabalho em âmbito municipal, tem apontado, entre os segmentos de textos, para o aumento do desemprego na área do Serviço Social e para estratégias adotadas pelas/os assistentes sociais recém graduadas/os:

Quanto aos profissionais que não contam com a estabilidade proporcionada pelos concursos, os profissionais tentam se inserir em áreas que aproximam-se do Serviço Social. Optando por trabalhar como coordenadoras ou gestoras na área social – em alguns casos como tutoras dos diversos polos de educação que não são raros nos municípios – mas não atuando diretamente como assistentes sociais. (...). (Gama; Andrade, 2018, p.11).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Na pesquisa desenvolvida pelo CFESS (2022), verificou-se entre as profissionais participantes, a taxa de 17,73% de desemprego. Estes dados podem ser explicados mediante a ampliação do quantitativo de assistentes sociais graduadas/os no ensino presencial privado com fins lucrativos nas últimas décadas, que corresponde, segundo o CFESS (2022), a 52,97% das/os profissionais participantes da pesquisa.

A profissão, que registrava 70 mil assistentes sociais inscritas/os ativas/os nos CRESS em 2006, quando completou 70 anos (poderia se falar em média de 1 mil inscrições/ano), saltou para 176.524 mil ao final de 2019 (cf. tabela 1), o que corresponderia a uma média aproximada de 8.000/ano, um crescimento exponencial de 152% em 13 anos (CFESS, 2022, p. 49).

Portanto, verifica-se que a expansão gigantesca do ensino superior privado na área de Serviço Social, no Brasil, nos últimos anos, associada à contrarreforma do ensino superior, sobrepõe as estimativas relativas a ampliação dos postos de trabalho para assistentes sociais, neste mesmo período, contribuindo para o aumento do desemprego na área de Serviço Social, para elevação da concorrência profissional por postos de empregos, para o aumento da precarização das condições de trabalho e para o rebaixamento salarial (Moraes *et. al*, 2022), elementos ainda mais agravados quando analisa-se a partir do debate étnico-racial na particularidade do Serviço Social brasileiro.

3.3. O município como espaço que expressa desigualdades sociais e luta por subsistência da classe trabalhadora

Nesta dimensão, as análises relativas ao ente municipal aprofundam as investigações de suas particularidades, apontando para a pauperização das famílias já empobrecidas e, além de sua determinação social, vinculada à sociedade do capital, marcada pelo capitalismo de tipo neoliberal, a reestruturação produtiva e a globalização/mundialização do capital, investigam os seus determinantes socioeconômicos, conforme o segmento de texto a seguir:

(...) isso corroborou para a paralização quase total das obras no município no ano de 2014, o que trouxe sérios impactos para a classe trabalhadora local, aumentando ainda mais a pauperização das famílias já empobrecidas e mais vulneráveis à insegurança da própria existência (...). (Fernandes, 2015, p. 114)

Por outro lado, também é possível perceber, ainda que em menor proporção, a luta por subsistência da classe trabalhadora, incluindo as assistentes sociais desempregadas, que atuam

em diferentes nichos do mercado de trabalho, em condições inadequadas e, em muitos casos, tornando-se usuários das políticas sociais.

4. Considerações finais

As interpretações relativas aos segmentos de textos dos 76 artigos que se referem à palavra *município*, possibilitaram a identificação e classificação de 03 dimensões/núcleos de discussão, tais como mencionados no desenvolvimento do artigo. O estudo de cada dimensão/núcleo de discussão aponta para algumas conclusões preliminares:

1. A identificação de importantes investigações que reconhecem o município como espaço que expressa desigualdades sociais e lutas por subsistência da classe trabalhadora, incluindo as assistentes sociais. Contudo, verificou-se entre os estudos mapeados, poucos investimentos relativos a tais lutas, sua dimensão coletiva e organizativa;
2. Embora os municípios sejam tratados como lócus de muitas pesquisas relativas ao mercado de trabalho profissional e, quantitativo significativo destes estudos, investida em investigações relativas à sua formação social e as suas particularidades históricas, verifica-se poucos investimentos na questão social como eixo central e transversal para tais análises;

Diante disso, reconhecemos que os 02 elementos citados e as dimensões/núcleos analisados ao longo do artigo, demandam novos estudos, considerando a precarização como categoria intrínseca ao processo de ampliação do mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil, que ocorre majoritariamente, por meio da inserção profissional municipal.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, F. H. C. **Municipalização e políticas públicas: a regulamentação como projeto e a prática social como resposta**. CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, ano 4, ed. 10, p. 245-263, mai./ago. 2010.
- ARRETCHE, M. T. S. **Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14, n. 4, p. 112-141, jun. 1999.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 70, 2011. 229 p.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BERWIG, S.E. **OS TRABALHADORES DO SUAS: Regulação e resistência em tempos de reforma do Estado brasileiro**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, DF, 2022, 149p. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>

COSTA, L. C. de S. **PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO: O TRABALHO AO ASSISTENTE SOCIAL NA REGIÃO AMAZÔNICA**. VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social. 2 a 7 de dezembro de 2018.

DAVI, J.; SERPA, M. A; NUNES DOS SANTOS, M A; BARROS DA NÓBREGA, M. As particularidades da precarização de trabalho dos(as) Assistentes Sociais na política de saúde. **O Social em Questão**, n°. 34, 2015, p. 277-296.

FERNANDES, A. da S. **O trabalho dos assistentes sociais no campo educacional: incidências das mudanças do mundo do trabalho na atuação dos assistentes sociais do Núcleo de Apoio Psicopedagógico de Ensino Municipal de Itaboraí/ RJ**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, S. da S. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.144 p.

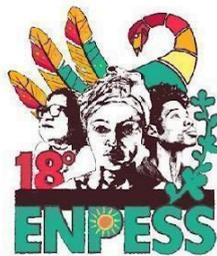
GAMA, R. R.; ANDRADE, R.F.C.de. **DA FORMAÇÃO À INSERÇÃO PROFISSIONAL NO INTERIOR DO AMAZONAS: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**. VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social. 2 a 7 de dezembro de 2018.

HOEPNER, C.M. **“A VIAGEM DE VOLTA”:** A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

LIMA, L. D. de; QUEIROZ, L. F. N. de; MACHADO, C. V.; VIANA, A. L. d'Ávila. **Descentralização e regionalização: dinâmica e condicionantes da implantação do Pacto pela Saúde no Brasil**. *Ciência e Saúde Coletiva*, 17(7). P. 1903-1914, 2012.

MORAES, C. A. S. et al. Configurações do mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil no século XXI. **XXIII Seminário ALAEITS**, 2022.

MORAES, C. A. S.; AZEVEDO, L. F.; SILVA, L. C. Mapeamento das pesquisas sobre o mercado de trabalho do serviço social brasileiro: características e contradições. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2023. DOI: 10.15448/1677-9509.2023.1.43777. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/43777>. Acesso em: 8 set. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MORAES, C.A.S; APRÍGIO, K. dos S. **A PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO:** apontamentos da produção acadêmico-científica. Seminário Internacional: Impasses e alternativas da proteção social no Século XXI. Universidade Federal Fluminense, Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social, 2024.

PEREIRA, R.M. **A expansão do mercado de trabalho do Assistente Social x precarização no exercício profissional no SUAS em Natal-RN: uma análise das condições e relações de trabalho.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

RODRIGUES, T. de F. **Impactos da desregulamentação do Mercado de Trabalho na profissão de Serviço Social.** Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

YACOUD, L. B. D.; RIBEIRO, L. C. Emprego, Desemprego e Precariedade do Trabalho do Assistente Social. **Revista Em Pauta**, UERJ, n° 20, 2007.